

DOM JOÃO VI E O CAFÉ (1808 — 1821)

David Rabello (*)

“Ei! wie schmeckt der *coffee* süsse,
Lieblicher als tausend Küsse
Milder als Muscaten wein
Ei, ei, wie schmecke der *coffee* ei.”

(J.S. Bach — *Cantata Profana*)

ABSTRACT

This study aims at questioning the moment in which the coffee acquired economic importance in the Capitania of Rio de Janeiro. Pombal, Vandelli and Azeredo Coutinho, for example, did not seem to have realized the future importance that the coffee would have in the Portuguese economy. However, in Brazil, the Prince Regent João stimulated the culture of coffee. Had he realized the potential resources which this product would represent or was the coffee a happy reality already in his government in Brazil?

O período relativo à presença da corte portuguesa no Brasil assinala-se por amplas transformações em vários aspectos da vida nacional e por muitas iniciativas de natureza econômica. Ocupado inicialmente por tropas francesas e depois manietado pela presença inglesa e pelo governo de Beresford, estava Portugal numa situação difícilíssima. Deixara Lisboa de ser a sede da Monarquia, papel que agora cabia ao Rio de Janeiro. Fixando-se a corte no Brasil, é natural que este passasse a ser a principal porção do Reino português, e aqui, portanto, se desenvolvessem os maiores empreendimentos do governo.

Em vista da necessidade de criar recursos e auferir rendimentos com que pudesse fazer face aos novos e complexos compromissos de toda a natureza, procurou o Príncipe dinamizar as atividades econômicas, ora incentivando a iniciativa privada, ora participando diretamente de empreendimentos diversos.

Vemos, portanto, um incremento no setor da construção naval, artefatos náuticos e militares, fabricação de pólvora, siderurgia, indústria de

(*) Do Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), “Campus” de Assis.

construções, atividades fabris e muitas outras. A inquietação de Linhares procurava, como num passe de mágica, rasgar caminhos desde Belém do Pará ao Rio de Janeiro e daí ao Rio Grande do Sul. Com as estradas, a colonização.

Além de tudo isso, avultava o problema de manter a corte e sustentar milhares de foragidos.

Assim sendo, no meio dessa atividade febricitante, dessa preocupação de incentivar os vários setores da economia e de conseguir créditos para o Tesouro, que posição ocupava a atividade cafeeira? Já teria o café se distinguido como uma atividade econômica de relevo dentro da economia brasileira? De qualquer forma, teria o governo de D. João percebido a potencialidade da rubiácea e entrevisto a possibilidade de transformar-se ela no esteio da economia nacional?

Remota é a origem do café. Não está, contudo, nas intenções deste trabalho traçar-lhe o itinerário nem rastrear-lhe a origem, que, segundo Taunay⁽¹⁾, está na Abissínia e não na Arábia, tendo suas qualidades sido ressaltadas pela primeira vez pela altura do século IX da nossa era.

Igualmente, não é do nosso intuito trazer à baila quem introduziu o café no Brasil, por onde penetrou, que caminhos percorreu, fatos sobejamente conhecidos que são.

Atribui-se ao Dr. J. Gualberto Castelo Branco, Desembargador da Relação, o plantio de duas mudas de café no Rio de Janeiro, em 1774, que constituíram o ponto de partida para a formação de cafezais na Capital da Colônia⁽²⁾.

Entretanto, é interessante ressaltar que no século XVIII já se poderia encontrar o café disseminado em várias regiões do Brasil, não apenas para consumo doméstico, como também para fins comerciais. Embora, certamente, houvesse uma pobreza de técnica com relação ao trato dessa lavoura, havia, por outro lado, uma não pequena familiaridade com o produto.

Assim, entre 1756 e 1777 podemos constatar o cultivo do café, em bases mercantis, nas localidades nortistas de Guamá, Macapá, Mazagão, Cametá, Santarém, Óbidos, Barcelos, Tomar, Serpa, comercializado através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão⁽³⁾ e segundo Luís Ama-

(1) Cf. Affonso de E. Taunay — *História do café no Brasil*, v. 1, tomo 1, Rio de Janeiro, 1939, p. 29 e *passim*.

(2) Cf. Alves Motta Sobrinho — *A Civilização do Café (1820-1920)*, São Paulo, Brasiliense, 2.^a edição, s/d., p. 11; Emília Viotti da Costa — *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Difel, 1966, p. 19; e Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 133.

(3) Cf. Manuel Nunes Dias — *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, Coleção da *Revista de História*, vol. XXXVII, São Paulo, 1971, p. 276.

ral ⁽⁴⁾, em 1731 teria chegado a Lisboa uma partida de café maranhense. Em 1756 seguia para Portugal um carregamento de café expedido do porto de Belém no valor de 10:772\$250 ⁽⁵⁾. Pelo resto da centúria setecentista o café continua saindo do porto de Belém, com destino a Portugal, em quantidades crescentes. Em 1756 o preço foi de 3\$000 por arroba, mas nos anos seguintes estabilizou-se em torno de 2\$400 ⁽⁶⁾. De São Luís eram mais modestos os embarques ⁽⁷⁾, mas isto se compreende porque o Maranhão nunca se notabilizou pela produção cafeeira.

Mas não apenas nas terras amazônicas do Norte era o café explorado em bases comerciais. Segundo o testemunho de Pohl ⁽⁸⁾, em 1806 constava esse produto na pauta das exportações de Goiás, juntamente com algodão, fumo, carne de porco, couros de boi, tanados, trigo, aguardente, bois, marmelada, arroz e ouro.

É ainda o mesmo autor ⁽⁹⁾ quem assinala a produção de café em Barbacena (Minas Gerais), onde a maior parte da população, dispersa na zona rural, sustentava-se com a pecuária, criação de porcos, lavouras de milho e mandioca. É interessante frisar a cultura do café em Barbacena, porquanto mais adiante ressalta Pohl ⁽¹⁰⁾ que

“Os habitantes da cidade vivem mais do comércio; quase todas as casas têm um armazém de secos e molhados. O medo de impostos elevados os desvia da agricultura (ao que se ajunta a falta de água e de escravos) e, por este mesmo motivo, acham-se agora inteiramente paralisadas as lavras de ouro, que estão entre as mais antigas da capitania e que outrora foram muito exploradas”.

Se o receio aos impostos elevados inibia os moradores de se dedicarem à agricultura, talvez o café representasse uma exceção, uma vez que àquela altura provavelmente não seria gravado como os outros produtos da terra, em vista de um decreto de D. José I que o isentava de direitos.

(4) Cf. Luís Amaral — *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplex Aspecto Político-Social-Econômico*, III, 3.º Tomo, Brasiliense, São Paulo, Ed. Nacional, 1939, pp. 40 e 59.

(5) Cf. Manuel Nunes Dias — op. cit., p. 278.

(6) Idem, pp. 280, 289 e 291.

(7) Idem, pp. 339 e 343.

(8) Cf. João Emanuel Pohl — *Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada por ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 2 vols., I, p. 340.

(9) Idem, I, p. 197.

(10) *Ibidem*.

Essa produção de café em Minas não se destinava apenas ao consumo local, uma vez que o mesmo viajante o localiza no Registro de Matias Barbosa, transitando para o Rio de Janeiro ⁽¹¹⁾.

Até mesmo em terras da Capitania de São Paulo já se constatava a presença do café antes da entrada do século XIX. Em sua marcha pelo interior do Brasil, já haviam os cafeeiros atingido São Paulo na segunda metade do século XVIII. Segundo um autor ⁽¹²⁾, o café teria surgido na Capitania de São Paulo em 1788 e na capital paulista na mesma década com a produção de José Arouche de Toledo Rendon. Segundo A. Ellis Jr., a primeira exportação pelo porto de Santos teria sido realizada em 1799 ⁽¹³⁾, com 100 sacas da lavoura de Raymundo dos Santos Prado em Jundiá, mas outro autor ⁽¹⁴⁾ indica uma data anterior. Talvez o historiador paulista tenha razão, na medida em que o despacho de 1799 seria realmente uma operação mercantil, ao passo que em 1794 José Arouche de Toledo Rendon teria feito uma remessa particular, para fins de presente. Por isso que no primeiro caso seriam 100 sacas e no segundo tratava-se apenas de *um caixote*.

A irrelevância da produção cafeeira no século XVIII pode ser atestada pela medida de D. José I, que em 1761 ordena seja esse produto isentado de direitos ⁽¹⁵⁾. Por outro lado, a sua crescente importância pode também ser testificada por medida inversa, ou seja, por ofício de 5 de julho de 1800 a Câmara de Santos se dirige ao Capitão-General Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, indicando o café como um produto sobre o qual deveria recair tributos ⁽¹⁶⁾. Vemos, portanto, que mesmo na

(11) Idem, I, p. 190.

(12) Cf. Alfredo Ellis Júnior — O Café e a Paulistânia, *Boletim n.º 141* da USP, São Paulo, 1951, p. 52.

(13) Ibidem. Veja-se também Alice Pfeiffer Canabrava *et. al.* — *São Paulo, Terra e Povo*, Porto Alegre, Globo, 1967, p. 32.

(14) Numa carta datada de 26 de fevereiro de 1794, Toledo Rendon afirma: "Neste mesmo navio vos vai um caixote de café da casa verde. Estamos a espera do Santos Mártires e do navio dos Freire, segundo diz a praça de Santos..." Cf. Antonio Barreto do Amaral — "O Tenente General José Arouche de Toledo Rendon", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 173. São Paulo, 1966, pp. 27 e 28.

(15) Cf. José Jacinto Ribeiro — *Cronologia Paulista — Fatos desde 1530 a 1898*, Diário Oficial, São Paulo, 1889, 2 vols., II, p. 515; "...o café, mesmo quando consumido no reino ou no império, não pagava nenhum direito". Cf. Manuel Nunes Dias — *op. cit.*, p. 287 (nota).

(16) "Recebemos a Carta de V. Exa. com data de 4 de Junho do corrente anno, emque nos determina V. Exa. deliberemos, e escolhamos em qual genero se deverá carregar imposição para subsistencia dos Engenheiros Topographicos e Hidraulicos, Medico, Cirurgião, e Contador, oque esta Camara já praticou pela carta de 27 de Mayo de 1799, dirigida a V. Exa., em aqual se participou a V. Exa. haver-se assentado ser o genero o café, e a imposição vinte reis em cada arroba.

"Emquanto a sua quantidade, urçamos em duzentas e sincoenta e sinco arrobas annualmente... Este hé o unico genero, Ilmo. e Exmo. Snr., que se acha sem imposição alguma..." Cf. Arquivo do Estado — Tempo Colonial, Ord. 236, Lata 10, Pasta 6.

Capitania de São Paulo está havendo um incremento da lavoura cafeeira, pois se em 1799 Alfredo Ellis Júnior aponta o embarque de 100 sacas pelo porto de Santos, no ano seguinte a Câmara esclarece que as exportações anuais andam ao redor de duzentas e cinquenta arrobas. Àquela altura, começavam a espalhar-se por Campinas as lavouras de Antonio Manuel Teixeira, Dona Tereza Miquelina do Amaral, Francisco Egídio de Sousa Aranha, José Teixeira Nogueira de Camargo, Bernardo José de São Paio, José de Sousa Campos e Antonio Bueno⁽¹⁷⁾. Também em Jundiá e Itu as manchas verdes dos cafezais começavam a tornar-se familiares à paisagem⁽¹⁸⁾. Aliás, Maria Thereza Schorer Petrone⁽¹⁹⁾ esclarece que nesse momento a agricultura do café em São Paulo está em franco desenvolvimento.

Se o café já apresentava tão ampla difusão no território da América Portuguesa, em que situação se encontrava na Capitania do Rio de Janeiro quando ocorre a chegada da Corte, em 1808? Embora não houvesse ainda o café se distinguindo como uma atividade econômica de relevo na economia brasileira, já se podia, entretanto, perceber que se tratava de um gênero que estava se difundindo rapidamente nesta parte ultramarina do Reino e que apresentava um futuro promissor. Isto não passou despercebido aos olhos argutos do Príncipe Regente.

Na segunda década do Oitocentos os cafeeiros começaram a espalhar-se pelos morros do Rio de Janeiro, subindo as encostas, estendendo-se pelos vales, atingindo povoações e vilas, dinamizando núcleos urbanos. Tomando a direção do interior da Capitania, iniciou o "rush" no Vale do Paraíba⁽²⁰⁾. Topografia, solo e clima favoreciam a cultura da rubiácea. Na Capital, um mercado consumidor em expansão constante estava pronto a absorver o excedente da produção. O poder aquisitivo tornava-se mais elástico em vista da expansão dos negócios provocada pela abertura dos portos, pela chegada de imigrantes e comerciantes, pela euforia representada pela paz geral conseguida na Europa após a queda de Napoleão, pela extensão do comércio à França, à Áustria, aos Estados Unidos e outras nações. Os vários tratados de comércio firmados naquela ocasião mostram que o governo de D. João desejava criar novas oportunidades, abrir novos mercados, estabelecer novas relações e lentamente subtrair-se à influência

(17) Cf. Celso Maria de Mello Pupo — *Campinas, seu berço e juventude*, Publicações da Academia Campinense de Letras, n.º 20, Campinas, 1969, p. 142.

(18) Cf. Saint-Hilaire — *Viagem à Província de São Paulo*, São Paulo, Martins, 1940, p. 236.

(19) Cf. Maria Thereza Schorer Petrone — O afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do Caminho do Sul na década da Independência, *Revista de História*, XLVI, 94, São Paulo, 1973, p. 390.

(20) Cf. Stanley J. Stein — *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*, São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 4; Alberto Carlos d'Araujo Guimarães — *A Corte no Brasil — Figuras e aspectos*, Porto Alegre, Globo, 1936, pp. 205 e sgs.; Gilberto Leite de Barros — *A cidade e o planalto — processo de dominância da cidade de São Paulo*, II, São Paulo, Martins, 1967, p. 404.

absorvente da Grã-Bretanha. Por outro lado, o poder aquisitivo no Rio de Janeiro poderia ser também garantido pelo pagamento seguro que milhares de funcionários recebiam dos cofres do governo.

Não era só. Para favorecer a expansão da cafeicultura, é mister salientar também a proximidade do porto do Rio de Janeiro, relativamente bem aparelhado, ou pelo menos o melhor que existia no Brasil de então. O predomínio do porto do Rio de Janeiro será tão grande que continuará a embarcar a maior parte da produção de café, mesmo quando mais tarde São Paulo se torna o maior produtor ⁽²¹⁾.

Mas não apenas o Rio de Janeiro se constituía num crescente mercado consumidor para esse café brasileiro, cuja produção aumentava constantemente. O próprio Reino e outras partes da Europa e do Império colonial luso também se predispunham a receber o café brasileiro. Assim, por exemplo, em 1812 Angola já recebia 344 arrobas, no valor de 2:210\$000, expedidas do Rio de Janeiro e, em 1823, recebeu 185 arrobas de Pernambuco. Em 1812 Benguela recebe 137 arrobas e, em 1819, 475 arrobas ⁽²²⁾. Mas se Angola recebia café do Brasil, cuidava também de incentivar a sua própria produção. Em ofício encaminhado ao Governo Central em 1819 pelo Governador e Capitão-General de Angola, comunicava este sobre a produção de café em São José de Encoje, que era de ótima qualidade, vaticinando que dentro em breve os produtos agrícolas angolanos fariam concorrência aos brasileiros ⁽²³⁾. Em outro ofício de 1820 comunicava o dito Governador terem sido plantados 3.400 pés de café no Encoje ⁽²⁴⁾, havendo boas perspectivas para o futuro das lavouras, em vista da qualidade da terra, do clima e da abundância da mão-de-obra angolana. No mesmo ofício informava à Corte do bom resultado das suas ordens, o que mostra o interesse de D. João pela agricultura em geral e pelo café em particular, até mesmo em seus domínios da África.

Na passagem do século XVIII para o XIX a possessão francesa de São Domingos rebela-se e os cafezais são queimados ⁽²⁵⁾. Desarticula-se a produção nos centros cafeicultores antilhanos pertencentes à França, que eram os maiores produtores. A possessão holandesa de Java torna-se então a maior produtora mundial de café, respondendo por dois terços do consumo mundial até 1825, quando perde a primazia ⁽²⁶⁾.

(21) Sobre a importância do porto do Rio de Janeiro, veja-se o trabalho de Corcino Medeiros dos Santos — *O Comércio do Porto do Rio de Janeiro com o de Lisboa (1763-1808)* — *Contribuição ao estudo da importância comercial do porto do Rio de Janeiro no século XVIII*, tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), Marília, 1973.

(22) Cf. Manuel dos Anjos da Silva Rebelo — *Relações entre Angola e Brasil (1808-1830)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, pp. 181 e 182.

(23) *Idem*, p. 215.

(24) *Idem*, pp. 215 e 216.

(25) Cf. Roberto C. Simonsen — *Aspectos da História Econômica do Café*, separata da Revista do Arquivo, n.º LXV, São Paulo, 1940, pp. 12-13.

(26) *Ibidem*.

Com a desorganização da lavoura cafeeira do Haiti, muitos cafeicultores de origem francesa vieram para o Rio de Janeiro plantar café e difundir algumas técnicas agrícolas mais avançadas, desconhecidas então no Brasil. Entre esses “emigrés” estava de Scene, que adquiriu uma gleba na Tijuca onde plantou 50.000 cafeeiros⁽²⁷⁾. Outro era o Dr. Lesesne, também de São Domingos, que na opinião de Spix e Martius⁽²⁸⁾ fizera melhorar a qualidade do café brasileiro, em vista dos seus conhecimentos técnicos. Pessoas de diversas nacionalidades buscaram o Rio de Janeiro, sonhando com os cafezais. Tais eram Mr. Scée, antigo fazendeiro em São Domingos, Rocquefeuil, Gestas, Chamberlain, Mowke⁽²⁹⁾. Nem o cônsul Langsdorff resistira à tentação. Entusiasmado pelo surto agrícola fluminense⁽³⁰⁾, tentara atrair imigrantes europeus, e escrevera que

“Lé Brésil a l'air d'un paradis; le sol y est fertile, riche et l'on y vit bien mieux que plusieurs personnes ne le croient peut-être. Je suis un grand admirateur de ce pays... Le caféier y réussit mieux que dans son sol natal. Cet arbre ne fournit aux Antilles qu'une livre par pied, tandis qu'ici l'on en récolte quater pour le moins”.

Outro refugiado que viera dar com os costados no Brasil foi Dirk van Hogendorp⁽³¹⁾, conde e antigo coronel de Napoleão, que vivia tranquilo nos arredores do Rio de Janeiro, cuidando do seu cafezal, jamais molestado por quem quer que fosse e com sua permanência permitida pelo espírito de tolerância e de humanidade de D. João VI. Além de cultivar café, Hogendorp fabricava carvão e veio a terminar seus dias no Rio de Janeiro.

Essa febre pela cafeicultura não atingia apenas os luso-brasileiros. Como vimos, tratava-se de pessoas de várias origens. E é preciso não esquecer que essa atração exercida pela terra era compreensível em vista do prestígio social que sobre si atraía o fazendeiro. Dessa atração não

(27) Cf. J. F. de Almeida Prado — *História da Formação da Sociedade Brasileira — D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil (Depoimentos de um pintor austríaco no Rio de Janeiro)*, São Paulo, Brasileira, Ed. Nacional, 1968, p. 107; Celso Furtado — op. cit., p. 133; R. C. Simonsen — op. cit., pp. 12-13.

(28) Cf. Spix e Martius — *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, 2.^a edição, São Paulo, Melhoramentos, s/d., p. 73.

(29) Cf. J. F. de Almeida Prado — op. cit., p. 251.

(30) Idem, p. 282.

(31) Cf. Maria Graham — *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, São Paulo, Brasileira, Ed. Nacional, 1956, p. 191; Donatello Grieco — *Napoleão e o Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora S/A., 1939, pp. 137 a 160; Afonso de E. Taunay — op. cit., II, p. 209; J. G. T. von Leithold & F. L. von Rango — *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, São Paulo, Brasileira, Ed. Nacional, pp. 79 e sgs.

escaparam os diplomatas Chamberlain e Langsdorff. Não escaparam também os alemães Leithold e Rango⁽³²⁾ que vieram de longe, saindo de Berlim e atravessando o oceano para procurar o El-Dorado no Rio de Janeiro. Pretendiam eles valer-se do seu parentesco com Silvestre Pinheiro Ferreira para obter de D. João um empréstimo de oito contos, a ser amortizado em dez anos. Com esse dinheiro, pretendiam formar lavouras de café no Rio de Janeiro. A primeira dificuldade residia na aquisição das terras, pois como eles mesmos afirmavam, não se encontravam mais terras num raio de seis a oito horas ao redor da Capital, todas já em poder de ingleses e franceses. A segunda dificuldade era conseguir algum dinheiro do sacrificado Erário, tão onerado por toda sorte de compromissos. Das próprias algibeiras do Monarca não era fácil conseguir alguma coisa, já que a soviniça do Bragança não permitia liberalidades com o Real Bolsinho.

Como bem observou Normano⁽³³⁾, o Brasil do século XIX era o Império do fazendeiro, e a presença da corte no Rio atraía o fazendeiro não pelas possibilidades econômicas que abria, mas pelo esplendor que irradiava.

O próprio governo de D. João, que tinha interesses ligados a empreendimentos de vária natureza, não dispensava também a exploração cafeeira, uma vez que na Real Fazenda de Santa Cruz, sob tantos aspectos mal administrada, vicejavam cafezais da ordem de 128.000 pés⁽³⁴⁾. John Mawe, que a certa altura esteve na propriedade como administrador, traçou um quadro desolador da Fazenda⁽³⁵⁾, quando escreveu que raramente se encontrava um cercado, as plantações de café assemelhavam-se a um matagal onde os arbustos silvestres cobriam a lavoura, o gado estava abandonado e doente e não se encontrava um cavalo em condições de ser montado sequer por um mendigo.

Ia mais longe a atração do café. Sobrepôs-se até mesmo ao chá. Desejando aclimatar essa cultura no Brasil, mandou vir D. João numerosos chins para cuidar das plantações no Rio de Janeiro, mas, a breve termo, foram os trinta asiáticos abandonando as plantações de chá para

(32) Cf. J. G. T. von Leithold & F. L. von Rango — op. cit., pp. 93 e sgs.

(33) Cf. F. J. Normano — *Evolução econômica do Brasil*, São Paulo, Brasileira, 1939, pp. 95-97.

(34) Cf. J. F. de Almeida Prado — op. cit., p. 107.

(35) "In this extent of fine ground scarcely an inclosure is made; the cultivate lands are full of weeds, and the coffee-plantations are little better than a mere coppice-wood, in which the wild shrubs grow higher than the coffee-trees. The cattle are most deplorably neglected, and there is not upon the whole premises a horse fit for the meanest beggar to ride". Cf. John Mawe — *Travels in the interior of Brazil* (...), Londres, 1821, p. 151.

dedicar-se a misteres mais rendosos. Depois de algum tempo, a maior parte das terras reservadas ao cultivo do chá estava coberta de cafezais ⁽³⁶⁾

Quando iniciou D. João a distribuição de sesmarias no interior da Capitania do Rio de Janeiro, desde o litóral até o Vale do Paraíba e as lindes da Capitania de Minas Gerais, talvez não estivesse pensando no aproveitamento dessas terras para as lavouras de café. É mais lícito supor que pretendia apenas amenizar um pouco a situação e fornecer algumas alternativas a grande número de portugueses que com ele atravessaram o Atlântico, fugindo aos invasores franceses, e achavam-se em situação difícil nesta parte da América. Entretanto, com o rápido desenvolvimento que iam alcançando as plantações de café, essas sesmarias foram se valorizando acentuadamente e, a pouco e pouco, grande parte das terras mais aptas ao plantio da rubiácea foi se cobrindo de cafezais. Mesmo que muitos beneficiários não tivessem inicialmente cultivado as terras, é certo, todavia, que inúmeros outros não ficaram alheios às lides agrárias e, mais tarde, estabeleceram plantações de café. Não apenas portugueses recebiam sesbeu quatorze. Seu sobrinho, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, futuro mariais. O brasileiro José Ignácio Nogueira da Gama, por exemplo, reconhece de Baependy, que exerceu altos cargos na administração pública, relata que a agricultura brasileira muito deve a D. João VI e que foi este Monarca quem difundiu a prática de plantar cafeeiros em viveiros, ensinando-a aos proprietários rurais. Foi também D. João quem, tendo recebido sementes de café de Moçambique, chamou muitos fazendeiros ao Paço e delas fez farta distribuição, recomendando o seu plantio. Evidentemente, isto equivalia a uma ordem ⁽³⁷⁾.

Tão evidente é a expansão que o café está tendo no período joanino, que enfrenta as tradicionais lavouras de cana-de-açúcar. Acaba convivendo com elas, suplanta-as numa fase seguinte. Se a força da inércia da rotina conseguiu ser superada é porque realmente o café estava gerando renda, produzindo entusiasmo e despertando uma euforia geral.

Até mesmo o hospitaleiro hábito de brindar as visitas com um café feito na hora já estava em voga naquele período, assim como o de tomar café despreocupadamente nos albergues e botequins. É o que afirma, por exemplo, Luccock ⁽³⁸⁾. John Mawe ⁽³⁹⁾, por sua vez, reclama que tendo

(36) Cf. J. E. Pohl — op. cit., I, p. 141; Spix e Martius — op. cit., I, p. 89; John Luccock — *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*, São Paulo, Martins, 1942, p. 190; Manoel de Oliveira Lima — *Dom João VI no Brasil (1808-1821)*, 2.^a edição, São Paulo, Ed. José Olympio, 1945, I, p. 223.

(37) Cf. Alfredo Ellis Júnior — op. cit., pp. 53 e 54; Affonso de E. Taunay — *A propagação da cultura cafeeira*, Rio de Janeiro, edição do Departamento Nacional do Café, cap. V, p. 26; Alves Motta Sobrinho — op. cit., p. 11.

(38) Cf. John Luccock — op. cit., p. 178.

(39) Cf. John Mawe — op. cit., p. 114.

chegado à Fazenda de Santa Cruz, depois de muito tempo, não lhe ofereceram qualquer refrigério,

“nem mesmo uma xícara de café”.

Que a existência das chamadas “casas de café” já era abundante ao tempo de D. João VI, nota-se pela proporção dos tributos arrecadados. Em 1808, por exemplo, foi recolhida a quantia de 9:022\$000, referente ao

“Nouvel impôt sur les cafés et les cabarets, administré par les chambres municipales” (40).

Não era uma importância pequena.

Quanto aos tributos relativos ao café recolhidos pelo Real Erário, já não é possível, entretanto, termos uma noção exata, concreta e verdadeira. Ocorre que a Contabilidade do Real Erário era mal feita, desorganizada, sem sistematização. Quanto aos impostos propriamente ditos, havia múltipla incidência sobre o mesmo fato gerador. Com referência ao café, por exemplo, havia *Direitos*, *Novos Direitos*, *Novo Imposto*, *Direitos grandes*, *Direitos pequenos*, imposto sobre o café exportado, imposto sobre o café consumido no Brasil, imposto sobre as Casas de Café, imposto administrado pelas Câmaras Municipais. Esses impostos não eram escriturados de maneira clara, como exigem as boas normas contábeis. Uma hora aparecem com um título, outra hora com outro. Às vezes aparece um lançamento exclusivamente sobre os impostos relativos ao café, outras vezes a importância lançada se refere conjuntamente ao café, fumo, vinho, aguardente, cerveja, não havendo condições de separar e de saber-se exatamente qual a importância que se refere a cada um desses produtos (41).

Contudo, é possível deduzir claramente que em cada exercício financeiro há uma elevação dos impostos arrecadados relativos ao café. Assim, por exemplo, em 1807 (42), o “Novo Imposto do Café” proporciona o rendimento de 8:682\$938; em 1816 (43), o mesmo imposto rende

(40) Cf. Louis de Freycinet — *Voyage autour du monde, entrepris par Ordre du Roi* (...) I, Paris, 1825, p. 298.

(41) Cf. “Real Erário e Tezouro Público — Balanços da Contadoria Geral da Segunda Repartição do Real Erário (1807-1813)”, Caixa IF18 (várias pacotilhas), Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

(42) *Ibidem*. Veja-se o “Balanço resumido do Livro Mestre da Contadoria Geral da Junta da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro de todo o Anno de 1807”.

(43) Cf. “Balanço do Livro Mestre da Contadoria da Segunda Repartição do Real Erário desta Corte do Rio de Janeiro, pertencente aos Rendimentos Geraes do Primeiro Semestre de 1816”. *Idem*, Segundo Semestre — “Real Erário e Tezouro Público” — “Balanços da Contadoria Geral da Segunda Repartição do Real Erário (1814-1824)”, Caixa 784 (3 pacotilhas), Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

19:421\$240, conforme se vê nos dois balanços semestrais da Contadoria Geral da Segunda Repartição do Real Erário; em 1818 ⁽⁴⁴⁾ o rendimento já é de 30:543\$985, nas mesmas condições, e, em 1820, a importância é de 38:688\$891 ⁽⁴⁵⁾.

Releva notar aqui que, com exceção do ano de 1807, cujo Balanço é geral, nestes dados estamos nos referindo apenas ao *Novo Imposto* e somente à Primeira Contadoria. Havia três Contadorias e vários impostos. Cada Contadoria apresentava o seu Balanço anual e da soma dos três extraía-se o Balanço Geral do Real Erário. Assim, a amostra que demos sobre os impostos provenientes do café destina-se apenas a patentear que havia uma ascensão constante nos rendimentos, revelando o vulto que tomava a exploração da fava arábica. Estes números, por isso, estão certamente muito aquém do verdadeiro valor dos direitos arrecadados, não só no que diz respeito à análise dos elementos contábeis como também por causa da sonegação de impostos e do descaminho, práticas rotineiras na época.

Entretanto, a despeito do constante desenvolvimento que experimentava no Brasil a cultura do café, não demonstraram os portugueses interesse por esse gênero e até D. João VI nunca manifestaram qualquer previsão a respeito do futuro promissor que possuía a rubiácea ⁽⁴⁶⁾. Até o fim do século XVIII nada se encontra, por exemplo sobre o assunto, nos vários escritores portugueses como Domingos Vandelli, Frei José Mariano da Conceição Veloso, José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho e outros, que demonstre terem eles percebido a curva ascensional da produção cafeeira no Brasil e as perspectivas futuras desse produto. Até mesmo Sebastião José de Carvalho e Melo, tão clarividente em vários aspectos, não percebeu o futuro da fava arábica e não tomou medidas sérias tendentes a incentivar a sua expansão em terras do Brasil. Entretanto, durante seu governo, muitas cargas de café costumavam chegar a Portugal, procedentes de portos do Brasil.

Evidentemente, J.F. de Almeida Prado ⁽⁴⁷⁾ exagera quando diz que no reinado de D. João o desenvolvimento da agricultura fluminense equiparava-se em riqueza ao ouro das Gerais no tempo de D. João V, mas tudo indica estar sendo verdadeiro quando afirma que o Monarca tinha em mira desenvolver a cultura do café ⁽⁴⁸⁾. Não havia dúvida que a lavoura do café propiciava lucros e que o mercado estava em ascensão, havendo uma procura constante. Tanto assim que já em 1808 o Visconde de Anadia o coloca no rol dos nossos principais produtos de exportação,

(44) Idem, 1818. Veja-se também o documento 13, "Demonstração da Receita e Despesa do Real Erário em 1818", Lata n.º 53, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

(45) Idem, idem, 1820, documento 15.

(46) Cf. Affonso de E. Taunay — *História do café...*, III, pp. 103, 110 e 111.

(47) Cf. J. F. de Almeida Prado — op. cit., p. 282.

(48) Idem, p. 106.

quando protesta, indignado, contra a falta de genuína reciprocidade no Tratado que deveria ser firmado com a Inglaterra:

“Se os Inglezes não admittirem os noSsos ASsucares, *Cafés*, Arroz, etc., que extracção poderão ter estes Generos actualmente, não podendo os noSsos Navios ir levá-los aos Portos da Europa e não havendo presentemente Bandeiras Neutraes, que os poSsam transportar? O Commercio, para florecer, he neceSsario que seja, quanto for poSsivel, livre e de recíproca utilidade; e este, que os Inglezes nos offerecem, aproveitando-se, sem generosidade, das críticas circumstancias, em que nos achamos por sua causa, he Leonino, e causaria a total extracção do noSso Numerario, com a inteira decadencia da Cultura dos referidos Generos que já sofrem hum perniciosiSsimo empate” (49).

Assim sendo, há fundados elementos para se acreditar estar D. João percebendo o desenvolvimento (vertiginoso, pode-se dizer), da lavoura cafeeira e o futuro que ela representaria no quadro geral da economia brasileira. O francês Freycinet⁽⁵⁰⁾, que na ocasião esteve no Rio de Janeiro, escreve que depois de 40 anos de uma evolução progressiva, o café, em 1826

“est aujourd’hui prodigieusement multiplié, et forme une des cultures les plus productives du pays”.

Assim é que, segundo Roberto Simonsen⁽⁵¹⁾, a partir de 1816 passa a ter importância econômica a exportação de café e deste ano até 1822 foram embarcadas no Rio de Janeiro 2.600.000 arrobas. Do total de todo o café brasileiro vendido até aquele momento, 80% se referiria ao período de 1810 a 1822⁽⁵²⁾. Por conseguinte, temos outra prova de que exatamente no período relativo à presença de D. João VI no Brasil é que o café estaria experimentando o seu “rush” extraordinário, e o Monarca, certamente, não deixaria de perceber este fenômeno.

(49) Cf. Manuscrito, *Alvarás — Portugal. Leis, decretos, etc., 1792-1826*. Alvará com força de lei, pelo qual Vossa Alteza ha por bem estabelecer os direitos, que se devem pagar pelos generos de commercio, que tendo dado entrada sahirem, para serem reexportados... , Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1812, in *Coleção de papéis, avulsos, memórias...*, Instituto de Estudos Brasileiros; veja-se também J. F. de Almeida Prado — op. cit., p. 110.

(50) Cf. Louis de Freycinet — op. cit., I, p. 126.

(51) Cf. Roberto C. Simonsen — *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasileira, Ed. Nacional, 6.ª edição, 1969, p. 375.

(52) *Ibidem*.

Na hipótese de estarem certos os dados fornecidos por P. Porto Alegre e J. Cláudio da Silva, nos quais se louva Simonsen, não estará longe da verdade a cifra apontada acima de 2.600.000 arrobas para o período de 1816 a 1822, pois o historiador paulista ⁽⁵³⁾ indica as seguintes quantidades para os anos abaixo:

Ano	Quantidade em sacos de 5 arrobas
1800	13
1808	32
1810	973
1812	12
1813	102
1817	66.985
1818	74.247
1819	88.304
1820	97.500
1821	105.386
1822	190.060

Essa amostra, com omissão do ano de 1816 e o acréscimo de alguns anos até 1813, quando as quantidades exportadas foram insignificantes, indica o total de 3.118.070 arrobas, pelo que se vê, grosso modo, que os dados apontados por Roberto Simonsen não estão errados. Vemos, portanto, que cada vez mais aumenta a produção da rubiácea, exigindo, portanto, um movimento portuário sempre crescente com vistas à sua exportação, o que nos faz pensar que realmente D. João não deixaria de perceber a sua importância, atento como sempre estava a todas as atividades econômicas dos seus domínios e à possibilidade de aumentar os créditos do seu Real Erário.

As cotações do café sofreram algumas oscilações no decorrer dos tempos. Em 1756, por exemplo, esteve a 3\$000 por arroba. Nos anos seguintes estabilizou-se em torno de 2\$400 ⁽⁵⁴⁾. Em 1797 subiu para 3\$200 ⁽⁵⁵⁾. Em 1802 e 1803 esteve a 2\$400. De 1804 a 1807 subiu para 3\$000 ⁽⁵⁶⁾. Em 1808 variou entre 1\$400 e 1\$700, certamente em virtude de problemas

(53) Cf. Roberto C. Simonsen — *Aspectos...*, pp. 77 e 22. Alfredo Ellis Júnior aponta quantidades um pouco maiores, baseando-se em dados de Monsenhor Pizarro, citados por Taunay. Cf. Alfredo Ellis Júnior — *op. cit.*, p. 80.

(54) Cf. Manuel Nunes Dias — *op. cit.*, pp. 280, 289 e 291.

(55) Cf. Affonso de E. Taunay — *História do café...*, II, p. 131.

(56) *Ibidem*.

oriundos do bloqueio continental. Reagiu no ano seguinte, ficando entre 2\$000 e 2\$900. Em 1811, em virtude da depressão, caiu de 3\$000 para 2\$000. Em 1812 foi a 1\$200⁽⁵⁷⁾. Em 1815, com a derrota de Napoleão, escoaram-se os estoques acumulados no Brasil e as lavouras passaram a produzir para atender a uma demanda crescente. Segundo Taunay⁽⁵⁸⁾, esses preços derivavam das flutuações cambiais

“provenientes da má política financeira de D. João VI”⁽⁵⁹⁾.

Essas oscilações de preços, entretanto, não poderiam provir muitas vezes de manobras dos principais compradores, principalmente da Inglaterra, que assim procuraria auferir lucros cada vez maiores às custas de um produtor sem maiores opções e que a ela estava preso por tantos liames?

O certo é que a procura do café se refletiu no aumento do preço que em 1820, segundo o mesmo Taunay⁽⁶⁰⁾, foi a 6\$100 a arroba; em 1821 a 7\$200 e em 1822 a 8\$500. E nem se diga que nesse caso o aumento do preço se deveu a causas cambiais, pois aconteceu justamente o contrário: em 1818 o câmbio oscilou entre 69 e 74. Foi decrescendo e, em 1821, esteve entre 48 e 54⁽⁶¹⁾.

Por conseguinte, ao encerrar-se o período joanino no Brasil, o café estará em ascensão vertiginosa, tanto que nesta mesma década irá responder por 18% do total das exportações⁽⁶²⁾. Era muito, se considerarmos que antes da chegada da corte a produção do café era praticamente irrisória. Começava, portanto, o café a mostrar o rumo ascendente que tomaria, servindo doravante de suporte da economia brasileira e marcando a história nacional por todo o século XIX.

Durante o período joanino (1808-1821), a posição ocupada pela atividade cafeeira era relativamente modesta nos primeiros anos, desenvolvendo-se, contudo, acentuadamente. A partir de 1816, principalmente, começa o café a distinguir-se como uma atividade econômica importante dentro da economia brasileira e a suprir os mercados europeus, desafio-

(57) Idem, p. 132.

(58) Ibidem.

(59) Ibidem.

(60) Cf. Affonso de E. Taunay — *Aspectos...*, p. 22.

(61) Cf. R. C. Simonsen — *História econômica...*, p. 408; J. F. Normano — op. cit., p. 259; João Pandiá Calógeras — *A política monetária do Brasil*, São Paulo, Brasiliana, Ed. Nacional, 1960, p. 33; e Victor Viana — *História da Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p. 186.

(62) Cf. Celso Furtado — op. cit., p. 133.

gados pela paz geral e exigindo cada vez mais maiores quantidades da rubiácea. Durante o período napoleônico, a França viu-se compelida a contentar-se com um sucedâneo — a chicórea ⁽⁶³⁾, que nem de longe poderia igualar-se aos atributos da fava arábica, mas agora pode-se finalmente voltar a consumir a estimulante bebida, e o Brasil passa a ter um papel importante na satisfação dessa necessidade. Os números relativos à exportação mostram claramente quanto se desenvolve o comércio do café e a posição de excepcional relevo que nele passa a usufruir o porto do Rio de Janeiro.

Parece fora de dúvida também que o pálido Monarca bragantino percebeu a potencialidade da lavoura cafeeira e a importância que ela poderia vir a ter no quadro geral da economia brasileira. Embora não se possa caracterizar claramente a existência de uma *política cafeeira* durante o governo de D. João, pode-se, entretanto, perceber algumas medidas do rei tendentes a incentivar a cultura do café. De resto, mesmo que D. João não tenha abertamente congregado os esforços gerais no sentido de expandir a cafeicultura, alguma coisa ele fez. E atento como estava a tudo o que pudesse constituir-se em riqueza dentro dos seus domínios e a recheiar as arcas do seu Real Erário, certamente não deixou de perceber o movimento cada vez maior do porto do Rio de Janeiro embarcando café, assim como a sôfrega procura de escravos que absorvia tranquilamente os trinta a quarenta mil africanos que anualmente demandavam as terras brasileiras.

Tanto se expandiu o café durante a permanência de D. João no Brasil que ao começar a década de vinte vem ele a responder por ponderável parcela das exportações brasileiras. E em condições tão excepcionais que em 1822 se incorpora à heráldica e passa a figurar na bandeira imperial do Brasil ⁽⁶⁴⁾. Poderia haver mais alguma dúvida sobre a sua importância?

(63) Cf. Heinrich Eduard Jacob — *L'Épopée du Café* (trad.), Paris, Éditions du Seuil, s/d., pp. 171 e sgs.

(64) “Por decreto de 18 de setembro de 1822, passou a figurar o café no escudo de armas e na bandeira do Brasil. Assim, em forma de um ramo, representado com folhas e frutos, entrelaçava-se, na parte inferior do escudo, com outro de tabaco, este à direita e aquele à esquerda. Daí proveio o aparecer a *coffea arabica*, tanto bordada no pavilhão nacional, quanto gravada nas medalhas, moedas e sinetes oficiais do extinto império”. Cf. Basílio de Magalhães — *O café na História, no Folclore e nas Belas Artes*, São Paulo, Brasileira, 2.^a edição, Ed. Nacional, 1939, p. 258.